

ASSOCIAÇÃO DE KARATÉ DA MADEIRA

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2020

31 de Março de 2020

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173)

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	1
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
31 DE DEZEMBRO 2020	5
NOTA INTRODUTÓRIA	6
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	6
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	6
3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO	7
3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE	7
3.1.2. - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO	7
3.1.3. - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO	7
3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO	7
3.1.5. - COMPENSAÇÃO	7
3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA	8
3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	8
3.2.1. – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	8
3.2.2. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	9
3.2.3. – INVENTÁRIOS	9
3.2.4. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	9
3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO	10
3.2.6. – SUBSÍDIOS	11
3.2.7. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	11
3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	11
3.4 – JUÍZOS DE VALOR	11
3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.	11
3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	12
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.	12
4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:	12
4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.	12
4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.	12
4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES	12
NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	12
NOTA 6. INVENTÁRIOS	13
NOTA 7. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	14
NOTA 8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	14
NOTA 9. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS	15
RELATÓRIO DE GESTÃO	16



A K R A M ASSOC KARATE REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA

BALANÇO

Fecho 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em euro	
		PERÍODOS	
		2020	2019
ACTIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros.....			
Acionistas/sócios.....		5.125,00	5.125,00
		5.125,00	5.125,00
Ativo corrente:			
Inventários.....			
Clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....			
Diferimentos.....		335,83	
Outros ativos correntes.....		8.648,95	
Caixa e depósitos bancários.....			24.792,81
		8.984,78	24.792,81
Total do Ativo		14.109,78	29.917,81



A K R A M ASSOC KARATE REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA

BALANÇO
Fecho 2020

Montantes expressos em euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Reservas			
Resultados transitados.....		33.835,76	13.609,28
Outras variações no capital próprio.....			
		33.835,76	13.609,28
Resultado líquido do período.....		(29.694,01)	9.891,24
Total do capital próprio		4.141,75	23.500,52
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....		9125,50	
		9.125,50	
Passivo corrente			
Fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....		842,53	937,96
Diferimentos.....			
Outros passivos correntes.....			5.479,33
		842,53	6.417,29
Total do passivo		9.968,03	6.417,29
Total do Capital Próprio e do Passivo		14.109,78	29.917,81



A K R A M ASSOC KARATE REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Fecho 2019

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		27.666,45	45.298,12
Subsídios à exploração.....		40.443,20	113.162,25
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....		(57.564,05)	(99.222,63)
Gastos com o pessoal.....		(28.378,52)	(40.928,36)
Imparidade (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outros rendimentos e ganhos.....			
Outros gastos e perdas.....		(11.778,83)	(4.744,61)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(29.611,75)	13.565,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....			(3.573,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(29.611,75)	9.991,88
Gasto líquido de financiamento.....		(82,26)	(100,64)
Resultado antes de impostos		(29.694,01)	9.891,24
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		(29.694,01)	9.891,24

Handwritten signature in blue ink, with a blue circular stamp or seal below it.

Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2020



NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A A K R A M – Associação karaté Região Autónoma da Madeira, é uma associação sem fins lucrativos constituída em 25 de Agosto do ano 1997, com sede no complexo das piscinas olímpicas da penteada beco dos alamos, 9020-021 Funchal e tem como atividade principal atividades desportivas.

A associação tem onze clubes associados.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4 - A entidade adotou a NCRF-PE pela primeira vez em 2010, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-PE. As demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, com exceção da demonstração de resultados, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2010.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para a NCRF-PE, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em resultados transitados ou noutra rubrica de capitais próprios que se mostre mais apropriada.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS



As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-PE. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-PE o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.2.2. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente. O imposto corrente é registado em resultados.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.2.3. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo específico.

3.2.4. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respectivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:



- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (excepto quando se tratam de empresas cujas acções não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos sendo que no caso da sociedade ela encontra-se no regime de isenção de IVA.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.



Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.7. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

a) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Não existem outras políticas consideradas relevantes.

3.4 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas



demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-PE.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2018 e em 31/12/2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto

	Saldo em 1/01/2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Equipamento básico					19.875,55				19.875,55
Equipamento de transporte					2.750,00				2.750,00
Equipamento administrativo					21.230,78				21.230,78
Equipamentos biológicos					1.921,09				1.921,09
Activos fixos tangíveis em curso					4.127,28				4.127,28
Outros activos fixos tangíveis									
	-	-	-	-	49.904,70	-	-	-	49.904,70

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2019	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2020
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Equipamento básico					19.875,55				19.875,55
Equipamento de transporte					2.750,00				2.750,00
Equipamento administrativo					21.230,78				21.230,78
Equipamentos biológicos					1.921,09				1.921,09
Outros activos fixos tangíveis					4.127,28				4.127,28
	-	-	-	-	49.904,70	-	-	-	49.904,70

NOTA 6. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2018 e em 31/12/2019, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Inventários

	Inventário em 01/01/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020
Matérias primas e consumíveis	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
...							
	-	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				-			-
Variações nos inventários da produção				-			-

NOTA 7. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Subsídios				Demonstração de resultados			
				Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	Data de Início	Data de fim	Valor atribuído	2019	2020	2019	2020
Subsídios relacionados com activos			-	-	-	-	-
Incentivo 1							
Incentivo 2							
Subsídios à exploração			-	-	-	113.163,25	40.443,20
Direção Regional de Juventude e Desporto						113.163,25	40.443,20
Reembolsáveis			-	-	-	-	-
Incentivo 1							
Incentivo 2							
			-	-	-	113.163,25	40.443,20

NOTA 8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2020.



Imposto sobre o Rendimento

	2019	2020
Imposto corrente		
	-	-

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	2019	2020
Resultados Antes de Impostos	9.891,24	-29.694,01
Impostos à taxa de 25%		
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais		
Multas, coimas, juros compensatórios		
Correcções relativas ao ano anterior		
Tributação Autónoma		
Reconhecimento de passivos por impostos diferidos		
Outros	-100,64	-
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	-	-
Taxa média efectiva de imposto	0,00%	0,00%

NOTA 9. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 0 pessoas (0 Pessoas em 31/12/2018).

Gastos com o Pessoal

	2019	2020
4993777		
Remunerações dos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações do pessoal	13.958,32 €	21.088,26 €
Encargos sobre Remunerações	2.836,55 €	3.042,00 €
Seguro Ac. Trab. E doenças Profi.	205,30 €	266,65 €
Custos de Ação Social	-5.190,57 €	31,61 €
outros gastos com o Pessoal	18.737,62 €	3.950,00 €
	<u>40.928,36 €</u>	<u>28.378,52 €</u>

Número Médio de Colaboradores

	2019	2020
A K R A M	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>

NOTA 10. – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

A A K R A M – Associação karaté Região Autónoma da Madeira , é uma associação sem fins lucrativos constituída em 25 de Agosto do ano 1997, com sede no complexo das piscinas olímpicas da penteada beco dos alamos, 9020-021 Funchal e tem como atividade principal atividades desportivas. A associação tem isenção de IRC.

Funchal, 01 de Junho de 2021

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



201602331
54041

O ÓRGÃO DE GESTÃO



AKRAM
511096658
ASSOC. KARATÉ R. A. MADEIRA

Relatório de Gestão 31 de Dezembro de 2020



Através do presente relatório de gestão, vem a Gerência da Associação, dar conhecimento aos Sócios e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pelo Associação de karate da Madeira. no exercício de 2020. Assim:

1 – INÍCIO DE ACTIVIDADE

A A K R A M – Associação karaté Região Autónoma da Madeira iniciou a sua actividade em 25 de Agosto do ano 1997

2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

3 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora divida à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Autoridade Tributária.

4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe que ao resultado líquido do exercício, que foi negativo no valor de (29.694,01€), seja transferido para resultados transitados.

5 – AGRADECIMENTOS

A Gerência da associação aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Funchal, 01 de Junho de 2021

A GERÊNCIA

Samuel Milhã
